

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 25**

**01)** Quanto a Organização dos Poderes previstos na Constituição Federal de 1988. É CORRETO afirmar que são órgãos do Poder Judiciário exceto:

- a) Supremo Tribunal Federal.  
 b) Os Tribunais Regionais Estaduais e Juízes Federais.  
 c) Os Tribunais e Juízes do Trabalho.  
 d) O Superior Tribunal de Justiça.

**02)** Quanto a Organização dos Poderes constantes da Constituição Brasileira, é CORRETO afirmar que o Poder Legislativo é Exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe:

- a) Pelo Conselho de Defesa Nacional.  
 b) Pelo Senado Federal e Congresso Nacional.  
 c) Pelo Tribunal de Contas e Câmara dos Deputados.  
 d) Senado Federal e Câmara dos Deputados.

**03)** Analise as frases abaixo e responda (F) Falso e (V) para Verdadeiro, assinalando a alternativa correta:

- ( ) - A emenda constitucional pode ser inconstitucional;  
 ( ) - O poder constituinte originário, como poder instituidor do Estado pressupõe-se sua anterioridade, sendo considerado poder constituinte originário, por tudo ele decorre;  
 ( ) - O poder Constituinte Originário é autônomo, inicial, ilimitado e incondicionado;  
 ( ) - O poder constituinte decorrente é ilimitado.
- a) F – F – F – V  
 b) V – V – F – F  
 c) V – V – V – F  
 d) F – F – V – V

**04)** No tocante à concessão de Serviços Públicos, assinale a alternativa correta, que afirma que a reversão é:

- a) A entrega pelo Poder Concedente ao Concessionário dos bens vinculados à concessão.  
 b) A incorporação, pelo Poder Concedente, dos bens necessários à continuidade da prestação do Serviço Público, após a extinção do contrato de concessão.  
 c) A retomada do serviço pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.  
 d) O direito atribuído ao proprietário expropriado de pleitear a devolução de bens desapropriados pela concessionária que não foram efetivamente utilizados para a prestação do serviço público.

**05)** Segundo o Código Tributário Municipal (Tangará), se não for fixado o tempo do pagamento, o vencimento da obrigação tributária ocorre:

- a) Em 30 (trinta) dias após a data da apresentação da declaração do lançamento ou da notificação do sujeito passivo.

- b) Em 60 (sessenta) dias após constituído o fato gerador do tributo;  
 c) Em 30 (trinta) dias, após vencido o prazo de recurso da notificação da inadimplência tributária;  
 d) Em 45 (quarenta e cinco) dias após a data da notificação da constatação da existência do tributo devido pelo sujeito passivo.

**06)** De acordo com a Constituição Federal de 1988, considerando as Normas Gerais de Legislação dos Estados e Municípios, compete 'exclusivamente' a União legislar sobre o Direito:

- a) Civil, Aeronáutico, Penitenciário e Financeiro.  
 b) Agrário, Processual, Comercial, Espacial e Trabalho.  
 c) Tributário, Urbanístico, Econômico e Marítimo.  
 d) Eleitoral, Penal, Agrário e Penitenciário.

**07)** De acordo com as normas constitucionais, é correto afirmar que:

- a) O Município reger-se-á por lei própria, chamada Constituição Municipal, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por unanimidade dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição do respectivo Estado, não podendo possuir conteúdo contrário a lei hierarquicamente superior.  
 b) O Município reger-se-á por lei Complementar a Constituição Federal, chamada Constituição Municipal, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de uma seção ordinária, e aprovada por unanimidade dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição do respectivo Estado, não podendo contrariar nenhuma legislação hierarquicamente superior.  
 c) O Município reger-se-á por lei própria, chamada Lei Orgânica Municipal, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por no mínimo um terço qualificado dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição do respectivo Estado e nos preceitos hierárquicos das normas legais aplicáveis.  
 d) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição do respectivo Estado e demais preceitos legais.

**08)** Ainda sobre a Constituição Federal Brasileira, podemos dizer como CORRETO, no que se refere ao Poder Legislativo:

- a) Os ministros integrantes do Tribunal de Contas da União - TCU são escolhidos pelo presidente da República, entre os indicados em lista

- tríplice encaminhada pelo tribunal, e são sabatinados pelo Congresso Nacional.
- b) No Poder Legislativo da União, há três órgãos deliberativos, já que a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Congresso Nacional são detentores de competências, regimentos internos, mesas e serviços próprios.
- c) O Poder Legislativo, no âmbito federal, é composto pelo Senado Federal, com representantes dos estados e do Distrito Federal; pela Câmara dos Deputados, representante do povo; e pelo TCU, responsável por proceder à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União.
- d) As comissões parlamentares de inquérito, mais conhecidas como CPI's, são permanentes e organizadas por matéria, sendo uma de suas funções receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas.

**09)** Sobre Lei de Licitações, constituem Crimes todas as ações da alternativa:

- a) Modificar o contrato durante sua vigência; Frustrar ou Fraudar, mediante ajuste com terceiros o resultado da licitação; dispensar ou exigir licitação fora das hipóteses legais.
- b) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, adquirindo e possibilitando prorrogação de contrato com vantagem indevida e sem autorização; apresentar vantagem a concorrente para que este desista do certame; não aceitar qualquer vantagem para deixar a concorrência.
- c) Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses legais; Admitir ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo; Fraudar em prejuízo da Fazenda Pública, licitação para aquisição ou venda de bens elevando arbitrariamente os preços, entregando uma mercadoria por outra ou alterando substância, qualidade ou quantidade o produto ou mercadoria licitada.
- d) Auxiliar concorrente no processo licitatório, fornecendo documentos, editais e informações a que tem posse; combinar preço, frustrando ou fraudando o caráter competitivo; inexigir licitação quando os valores são acima do definido em lei para sua dispensa.

**10)** Foi Editada a LC n.º 123/2006, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere, à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias. Ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias e ainda ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à

preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão. Diante disto, tal tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte acima descrito, é CORRETO afirmar que será gerido pelas instâncias a seguir especificadas, estando certa a alternativa que confirme:

- I. Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, vinculado ao Ministério da Fazenda, composto por 2 (dois) representantes da Secretaria da Receita Federal e 2 (dois) representantes da Secretaria da Receita Previdenciária, como representantes da União, 2 (dois) dos Estados e do Distrito Federal e 2 (dois) dos Municípios, para tratar dos aspectos tributários;
- II. Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com a participação dos órgãos federais competentes e das entidades vinculadas ao setor, para tratar dos demais aspectos.
- III. O Comitê de Gestão de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte será presidido e coordenado por um dos representantes da União.
- IV. Os representantes dos Estados e do Distrito Federal no Comitê referido no item I acima, serão indicados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz e os dos Municípios serão indicados, um pela entidade representativa das Secretarias de Finanças das Capitais e outro pelas entidades de representação nacional dos Municípios brasileiros.

- a) As assertivas, apenas I, II e IV estão corretas.
- b) As assertivas apenas I e III são incorretas.
- c) As assertivas todas I, II, III e IV são corretas.
- d) As assertivas apenas II, III e IV são incorretas.

**11)** Sobre a Lei de Licitações, os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, observadas regras legais. Diante disto é falso afirmar que:

- a) Necessita avaliação dos bens alienáveis.
- b) Precisa da comprovação da necessidade ou utilidade da alienação.
- c) Necessita de adoção do procedimento licitatório, sob a modalidade de concorrência ou leilão.
- d) Necessita ser imediatamente transferido o título que gerou a alienação, com os devidos registros e baixas.

**12)** Em relação ao exercício da Advocacia, diga qual alternativa está CORRETA, em relação exclusivamente a atividades incompatíveis com a advocacia, mesmo em causa própria:

- I. Como chefe do Poder Executivo e membros da Mesa do Poder Legislativo e seus substitutos legais; como membros de órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos tribunais e conselhos de contas, dos juizados especiais, da justiça de paz, juízes classistas, bem como de

- todos os que exerçam função de julgamento em órgãos de deliberação coletiva da administração pública direta e indireta.
- II. Como ocupantes de cargos ou funções de direção em Órgãos da Administração Pública direta ou indireta, em suas fundações e em suas empresas controladas ou concessionárias de serviço público; Como ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a qualquer órgão do Poder Judiciário e os que exercem serviços notariais e de registro.
- III. Como ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a atividade policial de qualquer natureza; como militares de qualquer natureza, na ativa; como ocupantes de cargos ou funções que tenham competência de lançamento, arrecadação ou fiscalização de tributos e contribuições parafiscais.
- IV. Como servidores da administração direta, indireta e fundacional, contra a Fazenda Pública que os remunere ou à qual seja vinculada a entidade empregadora; como membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público, ou quaisquer outras empresas que prestam serviço público.

- a) Os itens II, III e IV estão corretos.  
 b) Os itens I, II e III estão corretos.  
 c) Os itens III e IV estão incorretos.  
 d) Todos os itens estão corretos.

**13)** Como Procurador do Município, teve informações de que um devedor contumaz simulou negócios, transferindo bens seus para terceiros, afim de evitar a Penhora em execuções por dívidas tributárias e fiscais que tem com a municipalidade. Assim, como Procurador do Município, deverá provar a Nulidade do negócio jurídico simulado, tomando algumas medidas jurídicas. Na prática, é incorreto afirmar que:

- a) É válida a prova de que os negócios alvos a serem anulados contém declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira.  
 b) É nulo quando o objetivo do negócio, foi fraudar lei imperativa.  
 c) É nulo o negócio jurídico celebrado com pessoa absolutamente incapaz.  
 d) É nulo o negócio, quando tiver por objeto um imóvel já alienado.

**14)** De acordo com a Lei de Licitações (Lei n.º 8.666/93), e suas alterações, relativamente a Execuções de Contratos com a Administração Pública, é INCORRETO afirmar:

- a) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, sendo vedada a contratação de terceiros para assisti-lo, necessitando ser o representante capaz de tecnicamente subsidiar a Administração com todas as informações necessárias da fiscalização.

- b) O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.  
 c) O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.  
 d) O contratado, durante a execução do contrato, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso pela Administração que o contratou primeiro.

**15)** Pedro, com 16 (dezesseis) anos de idade, sofreu um acidente em via pública, eis que não houve sinalização nos reparos que a Municipalidade estava realizando, vindo a cair e machucar-se. Pedro, por meio de Advogado, ingressou com uma ação contra o Município pedindo reparação dos danos materiais e morais que alega ter sofrido. De acordo com a legislação civil brasileira, em contestação, o Município poderá alegar:

- a) Que a Ação Reparatória de Pedro é nula, pois Pedro é civilmente incapaz de postular em Juízo.  
 b) Que Pedro é parte ilegítima, pois restou provado que reside em outro Município, e portanto não poderia ter ingressado com a presente ação.  
 c) Que a inicial precisa ser emendada, para constar a assistência de responsável legal para Pedro, eis que relativamente capaz.  
 d) Que existe carência de ação e ilegitimidade Passiva, eis que a responsabilidade é da Empresa vencedora da Licitação da obra, que contratualmente se responsabilizou em sinalizar e não o fez.

**16)** Conforme a legislação Processual Civil, no exercício da Advocacia, é incorreto afirmar que:

- a) É direito do Advogado examinar, em cartório de fórum e secretaria de tribunal, mesmo sem procuração, autos de qualquer processo, independentemente da fase de tramitação, assegurados a obtenção de cópias e o registro de anotações, não podendo ser impedido de exercer seu Mister independente da Vara, Câmara ou Seção que estiver tramitando.  
 b) O advogado pode requerer, como procurador, vista dos autos de qualquer processo, pelo prazo de 5 (cinco) dias.  
 c) Retirar os autos do cartório ou da secretaria, pelo prazo legal, sempre que neles lhe couber falar por determinação do juiz, nos casos previstos em lei.  
 d) O Advogado ao receber os autos, deverá assinar carga em livro ou documento próprio, sendo porém, em caso de o prazo ser comum às partes, os procuradores somente poderão retirar os autos em conjunto ou mediante prévio ajuste, por petição nos autos.

**17)** Segundo o Código de Processo Civil, quanto à Tutela da Evidência é correto afirmar que:

- a) Será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.
- b) Será concedida, dependendo da demonstração de perigo de dano e de risco ao resultado útil do processo e se as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente ou houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.
- c) Será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo quando não se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sem cominação de multa.
- d) Será concedida, dependendo da demonstração de perigo de dano e de risco ao resultado útil do processo quando a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

**18)** Quando tratamos pelo Código Civil, sobre a Perda da Propriedade, é correto afirmar que:

- a) O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de o conservar em seu patrimônio, e que se encontrar na posse de outrem, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.
- b) O imóvel situado na zona rural abandonado, não poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade da União, onde quer que ele se localize.
- c) O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que se não encontrar na posse de outrem, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.
- d) De modo absoluto se não houver cessados os atos de posse, esse não deixar o proprietário de satisfazer os ônus fiscais, poderá ser arrecadado mesmo assim.

**19)** Em relação a Lei n.º 8.666/93, quanto as Modalidades de Licitação é correto afirmar que:

- a) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados e que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o quinto dia anterior à data do recebimento das propostas, independente da qualificação.

- b) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, obrigatoriamente cadastrados, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e sem necessidade de estender aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 36 (trinta e seis) horas da apresentação das propostas.
- c) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante apenas a remuneração aos vencedores, sendo facultativo a publicação de edital em imprensa oficial, todavia, ocorrendo deverá ser com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- d) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

**20)** Ainda de acordo com a aplicação da Lei de Licitações, é incorreto afirmar que:

- a) A Administração só poderá contratar, pagar, premiar ou receber projeto ou serviço técnico especializado desde que o autor ceda os direitos patrimoniais a ele relativos e a Administração possa utilizá-lo.
- b) Quando o objeto do contrato interessar a uma entidade pública, caberá ao contratado, perante a órgão interessado, responder pela sua boa execução, fiscalização e pagamento.
- c) Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação da Lei de Licitações.
- d) Quando o projeto referir-se a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

**21)** Em relação aos Princípios Constitucionais, levando em conta o Exercício da Advocacia, é CORRETO afirmar que:

- a) Ampla Defesa – É o conhecimento por ambas as partes dos atos e termos processuais e possibilidade de refutá-los, para garantir e evitar restrições indevidas.
- b) Contraditório – Assegura ao réu subjetivamente, pelo qual a parte que figura no polo passivo da relação processual exige do Juiz, a quem compete a prestação da tutela jurisdicional, o direito de ser ouvida, de apresentar suas razões e de contra argumentar as alegações do demandante.
- c) Fundamentação – As decisões judiciais, em

sua maioria, devem ser motivadas e fundamentadas de forma explícita, salvo decisões liminares que precisam ser objetivas e céleres.

d) Todas as afirmações estão incorretas.

**22)** Constituí moratória a concessão de Novo prazo ao sujeito passivo, após o vencimento do prazo originalmente assinalado para o pagamento do crédito tributário. De acordo com o Código Tributário de Tangará, é correto afirmar que:

- I. A lei concessiva da moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada área do Município ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
- II. A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
- III. A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros em benefício daquele.
- IV. A moratória será concedida somente em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa competente, desde que autorizada por lei municipal.

- a) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.  
 b) Somente as afirmativas I, III estão corretas.  
 c) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.  
 d) Somente as afirmativas, I, II e III estão corretas.

**23)** De acordo com a Lei nº 8666/1993, nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa. Sobre as compras, assinale a alternativa correta de acordo com a referida Lei.

- a) Será dada publicidade, anualmente, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, à relação de todas as compras feitas pela Administração Direta ou Indireta, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação, podendo ser aglutinadas por itens as compras feitas com dispensa e inexigibilidade de licitação.
- b) Apenas os membros da Administração Pública são partes legítimas para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.
- c) A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.
- d) O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado e os preços registrados

serão publicados semestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.

**24)** Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação. Para obras e serviços de engenharia, a tomada de preços é determinada em função do limite de:

- a) Acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)  
 b) Até R\$ 650.000 (seiscentos e cinquenta mil reais).  
 c) Acima de R\$ 650.000 (seiscentos e cinquenta mil reais).  
 d) Até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

**25)** A Lei nº 8666/1993 estabelece que todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais. De acordo com a referida Lei é certo dizer que o instrumento de contrato é facultativo:

- a) Nos casos de tomada de preços e concurso.  
 b) Nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação,  
 c) Nos casos em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.  
 d) Nos casos de concorrência e de tomada de preços.

#### CONHECIMENTOS DE PORTUGUÊS - 04

A letra deste Hino serve de base para as questões esta prova.

#### HINO À BANDEIRA

Salve lindo pendão da esperança!  
 Salve símbolo augusto da paz!  
 Tua nobre presença à lembrança  
 A grandeza da Pátria nos traz.

Recebe o afeto que se encerra  
 Em nosso peito juvenil,  
 Querido símbolo da terra,  
 Da amada terra do Brasil!

Em teu seio formoso retratas  
 Este céu de puríssimo azul,  
 A verdura sem par destas matas,  
 E o esplendor do Cruzeiro do Sul.

Recebe o afeto que se encerra  
 Em nosso peito juvenil,  
 Querido símbolo da terra,  
 Da amada terra do Brasil!

Contemplando o teu vulto sagrado  
Compreendemos o nosso dever,  
E o Brasil por seus filhos amado,  
Poderoso e feliz há de ser!

Recebe o afeto que se encerra  
Em nosso peito juvenil,  
Querido símbolo da terra,  
Da amada terra do Brasil!

Sobre a imensa Nação Brasileira  
Nos momentos de festa ou de dor,  
Paixa sempre sagrada bandeira  
Pavilhão da justiça e do amor!

Recebe o afeto que se encerra  
Em nosso peito juvenil,  
Querido símbolo da terra,  
Da amada terra do Brasil!

26) No ano de 1906, apareceu pela primeira vez o Hino à Bandeira Brasileira, escrito pelo poeta Olavo Bilac, representante do parnasianismo no país. A partir destas informações, levando em consideração o texto e o contexto, analise as proposições abaixo:

- I. Os dois primeiros versos, da primeira estrofe, iniciam com a mesma palavra, que pode ser considerada uma saudação, uma reverência.
- II. Pendão é um sinônimo para Bandeira.
- III. ... símbolo augusto da paz, poderia ser substituído por símbolo justo da paz, sem alteração de sentido original.
- IV. Na quarta estrofe, a palavra pavilhão poderia ser considerada um sinônimo para país, no contexto histórico que envolve o Hino.

- a) Todas estão corretas, exceto a IV.  
 b) Todas estão incorretas, exceto a I e III.  
 c) Apenas a I e II estão corretas.  
 d) Apenas a III está incorreta.

27) Observe os versos em destaque e a respectiva análise sintática, para identificar a correta classificação:

**“Tua nobre presença à lembrança  
A grandeza da Pátria nos traz.”**

- a) Tua nobre presença exerce a função de Objeto direto.  
 b) A disposição dos termos que compõem o período está em ordem direta.  
 c) O período é composto.  
 d) A grandeza da Pátria exerce a função de objeto direto do verbo traz.

28) Analise as alterações propostas aos versos: **“E o Brasil por seus filhos amados, poderoso e feliz há de ser!”**

Se o sujeito deste período fosse filhos amados em vez de Brasil, quantas outras palavras deveriam ser pluralizadas?

- a) quatro  
 b) três  
 c) duas  
 d) seis

29) Alterando a forma verbal do verso em destaque **“Contemplando o teu vulto sagrado...”** para o modo subjuntivo, no tempo presente, conjugado para a 2ª pessoa do plural, obter-se-ia:

- a) Contempleis  
 b) Contemples  
 c) Contemplais  
 d) Contemplai

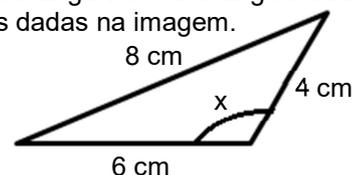
### CONHECIMENTOS DE MATEMÁTICA - 03

30) Seja  $R(x)$  o resto da divisão polinomial  $(4x^4 - 3x^3) \div (x^2 + x)$ . Então  $R(3)$  vale:

- a) 42  
 b) -35  
 c) 18  
 d) -21

31) Determine o cosseno do ângulo X no triângulo abaixo com base nas informações dadas na imagem.

- a) -0,45  
 b) 0,32  
 c) -0,25  
 d) 0,18



32) Qual valor de  $W$  na expressão  $\log_7 w + \log_{49} w = 2$

- a)  $\sqrt{7^3}$   
 b)  $\sqrt[3]{7^4}$   
 c)  $49\frac{1}{3}$   
 d)  $2 \log_7 5$

### CONHECIMENTOS LEGISLAÇÃO MUNICIPAL - 04

33) Com fulcro na LC 57/2012, podemos afirmar que o cargo de provimento efetivo exige prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. A investidura é duradoura, assegurando-se estabilidade ao servidor, após:

- a) dois anos de exercício.  
 b) quatro anos de exercício.  
 c) três anos de exercício.  
 d) um ano de exercício.

34) Constituem gratificações e adicionais dos servidores municipais em conformidade com a LC 57/2012, exceto:

- a) Adicional por cursos apresentados.  
 b) Adicional de sobre aviso.  
 c) Gratificação natalina.  
 d) Adicional pela prestação de serviço extraordinário.

35) Sobre a LC 57/2012, analise:

- I. O serviço extraordinário, excepcionalmente, poderá ser realizado sob a forma de plantões para assegurar o funcionamento dos serviços municipais ininterruptos.
- II. O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 20% (vinte por cento).

É correto afirmar o que consta em:

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Ambos I e II estão corretos.
- d) Ambos I e II estão incorretos.

**36)** Em conformidade com a legislação orgânica municipal Art.137, para incrementar o desenvolvimento econômico, o Município tomará, entre outras, as seguintes providências, exceto:

- a) Apoio e estímulo ao Cooperativismo e outras formas associativas.
- b) Apoio e estímulo ao desenvolvimento industrial, com preferência para as não poluentes.
- c) Estimulo a produtividade agrícola e pecuária, mediante a disseminação de técnicas adequadas.
- d) Manter com a cooperação técnica da união e do Estado ações para desburocratização fiscal.

#### CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES - 04

**37)** A Primeira Guerra Mundial foi um conflito político e militar, caracterizada por ser uma guerra de dimensões globais, esteve centrada na Europa e se deflagrou entre as principais potências econômicas do início do século XX. No contexto da Primeira Guerra Mundial, o Brasil vivia o período político denominado de República Velha, no qual os estados de São Paulo e Minas Gerais se alternavam no poder.

Com base nestas informações, indique quem era e qual o Estado de origem do vice-presidente do Brasil entre os anos de 1914 e 1918.

- a) Urbano Santos – Maranhão
- b) Delfim Moreira da Costa Ribeiro – Minas Gerais
- c) Venceslau Brás Pereira Gomes – São Paulo
- d) Nilo Procópio Peçanha – Rio de Janeiro

**38)** A Confederação do Equador foi um movimento de caráter separatista e republicano ocorrido na região Nordeste do Brasil em 1824. Com início em Pernambuco, o movimento teve participação das camadas urbanas, elites regionais e intelectuais, porém, contou com grande participação popular que foi um dos principais diferenciais deste movimento. Um conflito político foi o estopim da revolta, pois a elite de Pernambuco havia escolhido um governador para a referida província. Porém, em 1824, Dom Pedro I indicou um governador de sua confiança.

Diante dos fatos, qual das alternativas abaixo, contempla o nome do governador indicado pela elite pernambucana e na sequência o nome do governador indicado por Dom Pedro I?

- a) Thomas Cochrane | Manuel Carvalho Pais de Andrade.
- b) Manuel Carvalho Pais de Andrade | Francisco Paes Barreto.
- c) Francisco Paes Barreto | Duarte Coelho de Albuquerque.
- d) Duarte Coelho de Albuquerque | Thomas Cochrane.

**39)** Qual o nome do tratado que tornou oficial a anexação do atual estado do Acre ao território brasileiro, assinado em 17 de novembro de 1903 entre os governos do Brasil e da Bolívia durante o ciclo da borracha?

- a) Tratado de Santo Idelfonso.
- b) Tratado de Badajós.
- c) Tratado de Petrópolis.
- d) Tratado de Ayacucho.

**40)** “O abolicionismo foi um movimento político e ideológico que visava a abolição da escravatura e do comércio de escravos. Um dos grandes símbolos da Abolição da Escravatura no Brasil foi uma planta de flores no Rio de Janeiro. Sendo assim, as flores subversivas viraram símbolo da causa, quem colocava \_\_\_\_\_ na lapela ou a cultivavam no jardim da casa confessava sua fé abolicionista.”

(Adaptado de: <http://www.primaveragarden.com.br/a-flor-subversiva>)

Qual o nome da flor que esteve associada ao movimento abolicionista e que preenche corretamente a lacuna?

- a) Rosas
- b) Margaridas
- c) Gérberas
- d) Camélias